

O medo da cidade ou a cidade do medo? Breves interpretações hermenêuticas

The fear of the city or the city of fear? Brief hermeneutic interpretations
¿El miedo a la ciudad o la ciudad del miedo? Breves interpretaciones hermenéuticas

Alda Cristina Silva da Costa

Universidade Federal do Pará
<aldacristinacosta@gmail.com>

Antônio Pedro Pimentel

Universidade Federal do Pará
<antpedpim97@gmail.com>

Resumo

Quais são as lentes através das quais temos acessado a realidade da cidade: a da experiência vivida ou da midiáticação das narrativas jornalísticas? Essa provocação permeia as reflexões do presente artigo com a finalidade de compreender outra importante indagação no contemporâneo: o medo da cidade ou a cidade do medo? Tais argumentações fazem parte da construção de uma Hermenêutica do Medo, provenientes da interpretação das relações estabelecidas, hoje, com as cidades. São observações emergidas em 11 anos de pesquisa nas interações entre mídia e violência¹. Os achados iniciais indicam um fio condutor em que a experiência das pessoas se confunde com as informações providas da mídia.

Palavras-chave: Comunicação. Cidade. Medo. Hermenêutica do Medo.

Abstract

What are the lenses through which we have accessed the reality of the city: the lens of lived experience or the lens of media narratives? This question underlies the reflections in this article, aimed at understanding another important inquiry in the contemporary context: the fear of the city or the city of fear? These arguments are part of the construction of a Hermeneutics of Fear, arising from the interpretation of the relationships established today with cities. These are insights that have emerged from 11 years of research into the interactions between media and violence. The initial findings indicate a common thread where people's experiences blend with the information provided by the media.

Keywords: Communication. City. Fear. Hermeneutics of Fear.

Resumen

¿Cuáles son las lentes a través de las cuales hemos accedido a la realidad de la ciudad: la lente de la experiencia vivida o la lente de las narrativas mediáticas? Esta pregunta subyace en las reflexiones de este artículo, con el objetivo de comprender otra importante interrogante en el contexto contemporáneo: ¿el miedo a la ciudad o la ciudad del miedo? Tales argumentos son parte de la construcción de una Hermenéutica del Miedo, surgida de la interpretación de las relaciones que se establecen hoy con las ciudades. Estas son observaciones que surgieron de 11 años de investigación sobre las interacciones entre los medios y la violencia. Los hallazgos iniciales indican un hilo común en el que la experiencia de las personas se confunde con la información de los medios.

Palabras clave: Comunicación. Ciudad. Miedo. Hermenéutica del miedo.

1 Desde de 2012, já realizamos três projetos de pesquisa denominados: "Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia paraense" (2012-2015); "Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia" (2017-2020); e "Mídia e Violência: sentidos e significados na Amazônia (2022 até hoje). Todos realizados na Universidade Federal do Pará em parceria com a Universidade da Amazônia e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, edital Universal.

Reflexões Iniciais

Ouvir esta pergunta “o medo da cidade ou a cidade do medo?” e pensar em uma resposta se traduz em uma tarefa quase filosófica, pois é complexa e de difícil interpretação proveniente das ramificações em que ela se constitui. De repente, começamos a nos questionar sobre as estruturas sociais, seus efeitos práticos no dia a dia, como nós contribuimos para a formação e manutenção destas, até que ponto elas são determinantes, nossas reações são proporcionais à sua materialidade e diversas outras questões sobre as quais talvez nunca tenhamos parado para pensar. Após refletir por um longo período, talvez não se chegue à conclusão nenhuma, mas a junção de conhecimentos teóricos, de pesquisas e da observação do cotidiano proporcionam um ponto de partida satisfatório para a discussão.

Para responder a esse questionamento, precisamos pensar na sua causa, e não somente isso, pois o medo faz parte das reações humanas desde nosso nascimento, mesmo sem ainda termos noção do que representa esse sentimento. O que gera o medo? Antes de sermos taxativos e indicarmos isso ou aquilo como causa máxima para o medo, é válido lembrarmos que este é uma emoção e/ou reação natural nos indivíduos do reino animal. O medo faz parte da composição química e biológica dos animais. Por causa dele, um sinal de alerta se acende quando um animal está diante do desconhecido ou diante de uma situação que ameaça sua vida, movido pelo instinto de autopreservação. Nós, seres humanos, estamos sujeitos a passar pelo mesmo, com o adicional dos efeitos da vida em sociedade, e das interações comunicativas que

mantemos uns com os outros. Ou então, o medo pensado como um elemento protagonista das relações sociais

Do mesmo modo, conforme Delumeau (1989), há variação do sentido do medo ao longo da história, não apenas ocorre uma mudança das formas pelas quais o medo se apresenta, como também a própria concepção de medo sofre modificações. Hoje, o medo adquire formas distintas indo do físico ao simbólico, dos espaços privados e públicos ao imaginário.

Essas reflexões preliminares fazem parte da hipótese que o medo se configura como uma importante categoria de análise da vida no contemporâneo, sendo o sentimento e a mensagem pulsantes a guiar as sociabilidades entre os indivíduos em suas mais diversas relações, seja consigo mesmo, com os outros, com a mídia, e principalmente com o espaço público/cidade (Costa, 2020; 2021; 2022). Esse medo pode ser associado à sensação do mal de Bauman (2008), em que ele pode surgir em qualquer lugar e a qualquer momento, afetando a crise de confiança e a fragilização dos vínculos sociais que se encontram cada vez mais ameaçados, ou ao imaginário do medo de Kabuenge (2019), que implica novas formas de experiências entre as pessoas e novas formas de sociabilidades construídas no anonimato, ou no individualismo, ou na desconfiança do outro. Esse imaginário levaria, segundo o autor, as pessoas adotarem medidas para evitar o encontro com os desconhecidos.

Nessa perspectiva, objetivamos nesta tessitura apresentar apontamentos iniciais de uma Hermenêutica do Medo, tendo como ponto de partida compreender o medo e a relação dos indivíduos com a cida-

de. Entendemos que o exercício hermenêutico é essencial na compreensão e interpretação da realidade social. Segundo Ricoeur (1988; 1999; 2013), para compreendermos a nós mesmos e a realidade em que vivemos, é necessário um recorte de tempo histórico, analisando o que está dito/ escrito num determinado tempo, numa cultura, numa história. Para o filósofo, o trabalho da hermenêutica é concebido como a teoria das operações da compreensão na sua ligação com a interpretação dos textos, mas não somente isso. O entendimento de que o texto é ação se faz no sentido de que, ao ler o texto o leitor atribui-lhe um lugar, e este passe a orientar as suas ações. Texto é tomado aqui como tudo aquilo que faz parte da interpretação humana, sejam as comunicações escritas, as orais, as imagéticas, os símbolos e o próprio mundo que se constitui um grande texto a ser interpretado.

Nos mesmos moldes de Paul Ricoeur (2013), a hermenêutica se configura, entre outras definições, como a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação de textos, isto é, indo do discurso à ação humana. Buscamos, assim, descrever os novos conflitos que surgem com o desenvolvimento das cidades e a midiaticização do social; situar, em face desses novos conflitos, algumas das atitudes de caráter ideológico, político, econômico e cultural que marcaram e marcam seu sentido e sua realidade contemporânea.

Este artigo-ensaio são reflexões iniciais de uma interpretação do medo que ainda

está em compreensão nas interações comunicativas entre as pessoas e a cidade, mas pretende, conforme nos ensina Kátia Mendonça (2013) e Paul Ricoeur, o despertar de cada um para suas próprias práticas e olhar, nesse sentido, para a consciência de si mesmo e do Outro, sem o qual o si mesmo não existe. Ou seja, pretende a compreensão e distinção entre o que experiencio e vivo, do que ouço falar sem uma crítica mais apurada.

De um lado, segundo Costa (2021), as experiências com as narrativas midiáticas, tanto dos jornais impressos quanto dos programas populares da TV paraense, há uma predominância de notícias que reiteraram o medo, a partir das inúmeras matérias veiculadas, apontando a violência como crime e criminalidade, sobretudo, homicídios, tráfico de drogas e assaltos. De outro lado, há uma estigmatização desse mesmo crime e violência, com ênfase nos bairros periféricos da Região Metropolitana de Belém, que ganham a alcunha de “territórios da violência” ou “territórios do medo” com o uso de uma linguagem que reforça o rótulo do medo a esses bairros.

Na pesquisa realizada com os veículos paraenses², Costa (2021) constatou na série sobre os territórios da violência, produzida pelo jornal *Diário do Pará*, em 2012, que as narrativas partem do princípio de que os números não são suficientes para dizer que a violência diminuiu, mas que a sensação de medo e insegurança vivida pela população se sobrepõe à redução desses mesmos

2 No projeto de pesquisa “Mídia e Violência: narrativas midiáticas na Amazônia paraense”, realizamos de 2012 a 2015, as edições dos cadernos polícia dos jornais *Diário do Pará*, *O Liberal* e *Amazônia*; do mesmo modo os programas de caráter popular das emissoras de televisão Rede Brasil Amazônia (filial à BAND) e TV Record. O projeto foi realizado em parceria ente Universidade Federal do Pará, Universidade da Amazônia e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

números divulgados pelo governo do Pará. A pesquisadora afirma que há presença de uma cultura do medo aliada à “economia do medo”, em que os impressos paraenses, além de estetizar a violência nos cadernos polícia, valoram mensagens que moldam o comportamento das pessoas.

Nessa perspectiva, se faz relevante pensar que a linguagem e a comunicação desempenham um papel fundamental na construção da realidade social. Segundo Correia (2007, p. 58), “Esta só existe na medida em que a comunicação permite que exista um mecanismo de relação (de interação) entre os indivíduos”.

Num segundo momento, realizamos a escuta de pessoas que experienciaram a violência³. Entre o primeiro e o segundo projetos, constatamos que a lógica e estética da mídia na representação da violência se configuraria em três diferentes experiências, ou seja, a experiência experienciada; a experiência experienciante; e a experiência experienciadora. Ou seja, com a experiência experienciada, o sujeito encontra-se diretamente implicado na ação que a originou. É uma experiência ou conhecimento obtido pelo sujeito depois de ter contato, no caso do projeto, com a violência narrada pela mídia. Já experiência experienciante é aquela em que a mídia forma e veicula em prol de obter certo efeito de sentido ou tentar significar um acontecimento que visa garantir os seus interesses mais diretos. Este tipo de experiência culmina na produção de ódio (produção fossilizada, por exemplo, pela afirmação segunda a qual,

“o bandido bom é o bandido morto”) por parte dos que ‘consomem’ e dão crédito a essas narrativas. Ela se torna experiência experienciante na medida em que passa a nortear o pensar; o olhar; o sentir; o gostar; o estar e o ser dos indivíduos que buscam proteger suas propriedades: bens materiais e a vida contra a violência urbana. E, por fim, a experiência experienciadora é aquela adquirida pelo sujeito sem sofrer diretamente a ação violenta na sua pele, mas que se encontra implicado por atingir diretamente seus próximos (Costa, 2021).

Nesta perspectiva, entre experiência vida e experiência midiaticizada, buscamos elaborar a Hermenêutica do Medo, no sentido de compreender as interpretações das pessoas sobre o medo e suas relações interativas com o mesmo.

Vivendo com o medo no contemporâneo

A filósofa Marilena Chauí (2017), em um de seus textos, cita Merleau-Ponty quando afirma que “o mal não é criado por nós nem pelos outros, nasce do tecido que fiamos entre nós e que nos sufoca”, e logo depois reflete que é neste mal que se encontra o fundamento que origina violências sociais, políticas e culturais na sociedade.

A vida em sociedade sob uma rotina moldada por um sistema capitalista globalizado, acompanhada de excessiva recepção de informações e estímulos tem sobrecarregado os indivíduos. O processo de urbanização exemplifica bem essa questão, pois o in-

3 No segundo projeto “Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia” (2017-2020), escutamos 10 (dez) integrantes da organização não-governamental Movimento pela Vida - Movida, que viveram situações de violência.

divíduo que abandona sua comunidade local e o modelo tradicionalista que esta preserva para se dirigir à cidade pode passar por um processo de não identificação e não adaptação ao meio urbano, levando-o a se instalar em áreas mais periféricas, ou em casos mais extremos, ser levado à marginalidade e por fim, à criminalidade. Isso em absoluto são coisas determinantes. A pessoa inserida num contexto periférico ou em situação de marginalidade não vai obrigatoriamente cometer crimes. Lembra Jovchelovitch (2013, p. 21) que a pobreza e a marginalização produzem exclusão e sofrimento humano. “Contudo, as pessoas que vivem nessas condições contam com competências e habilidades, sabedoria e racionalidade, que lhes permitem resistir à exclusão e promover o desenvolvimento social”.

Do mesmo modo, afirma a autora ao denominar essas sociabilidades de subterrâneas, que elas são “formas de vida social que se tornam invisíveis aos olhos da sociedade por conta de barreiras geográficas, econômicas, simbólicas, comportamentais e culturais”. Para ela, “a natureza oculta dessas sociabilidades é socialmente construída por representações dominantes, pelo controle institucional, pela exclusão social e por mecanismos psicossociais, como a negação das condições e dos padrões de vida de outros (Jovchelovitch, 2013, p. 21).

Nessa perspectiva, devemos fazer as distinções necessárias na compreensão dessas experiências construídas sobre o medo, que muitas vezes, estão aquém daquilo que de fato vivem as pessoas em suas localidades. Pois, violência urbana e medo social, segundo Baiarl (2008, p. 13), têm transformado as relações, isto é, originado “pela forma como ela cresce e se desenvolve

na sociedade têm afetado profundamente o cotidiano das pessoas, alterando formas e ritmos de ser e viver na cidade e, conseqüentemente, modificando de modo profundo as relações de sociabilidade”. Mas evidente que essas alterações são percebidas de forma diferenciadas no tecido urbano e, conseqüentemente, os medos vividos também são diferenciados por segmentos e grupos de classes.

Se você é morador da área central de uma cidade, sai de casa todos os dias para cumprir suas tarefas e acessa os dispositivos urbanos de boa qualidade, a infraestrutura e a mobilidade urbana, talvez os considere tão comuns e tão próprios que não se dá conta de que são direitos fundamentais, e que tempos atrás pessoas precisaram lutar e reivindicar tais direitos para que outras pessoas na mesma cidade tivessem direitos. Mas em uma área mais periférica pessoas não usufruem dos mesmos dispositivos. Quanto mais uma cidade cresce, mais confusa fica essa classificação centro-periferia, pois conforme você acessa novas áreas em crescimento, que antes não acessava por não estarem inseridas na sua realidade diária, desenvolve-se uma percepção de que aquilo sempre esteve ali e que agora os moradores da área têm acesso ao que antes lhes era negado. Contudo, nesses casos, pouco se fala no quanto o processo de gentrificação afetou as populações que antes viviam ali. Sobrinho e Silveira (2017, p. 154) enfatizam que essa forma de apropriação privada do meio ambiente urbano proporciona diversas conseqüências negativas, como a produção da violência e da exclusão social, bem como a formação de guetos reais e simbólicos

Esse contexto de espoliação das camadas sociais que não fazem parte do regime

de acumulação e administração do capital é um terreno fértil para a disseminação de violências, como mencionado anteriormente. A violência urbana é a principal causadora de medo na população, e a física é a que mais ganha repercussão social. Segundo dados do Atlas de Violência de 2021, foram diagnosticados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), no ano de 2019, 45.503 homicídios no Brasil, ou seja, uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes (Cerqueira, 2021, p.11)⁴. Números que assustam, mas ainda não motivam a uma cobrança por políticas públicas mais eficazes no campo da segurança pública.

Quantas vezes já recebemos no celular vídeos de assaltos sendo cometidos em plena luz do dia? Quantas vezes já recebemos vídeos de agressões acontecendo nas ruas? É comum ouvir relatos de moradores de bairros residenciais de que a vida antes era mais calma, menos perigosa, a vizinhança mais segura. Quando saímos de casa, nossos familiares alertam a guardar os fones de ouvido, esconder o celular, tomar cuidado ao passar em determinados perímetros e prestar bastante atenção ao seu redor para não ser pego desprevenido.

Quando reunidas em grupos, as pessoas costumam, como um dos assuntos principais, comentar sobre a violência. Contam experiências próprias, experiências de amigos, experiências de quem nem conhecem, mas ouviram falar. Pelo celular a situação é ainda pior, muitas chegam a pedir para serem adicionadas a grupos de compartilha-

mento de vídeos de crimes violentos, pois acham interessante essa espetacularização, desde que não aconteça com elas mesmas. Acabam não se dando conta de que essas situações apenas dessensibilizam sua própria consciência e senso de rejeição ao assunto em questão, fechando os olhos para a um dos fatores mais determinantes do fenômeno, que é a negligência estatal quanto a questões de bem-estar social.

Somados ao número de violências físicas, há também os processos de violência simbólica que começaram a ser tratados com a devida importância apenas nos últimos anos, com a criação das devidas leis punitivas. Casos de racismo, sexismo e lgbtphobia contribuem para a sensação de insegurança e expõem os membros destes grupos, por vezes marginalizados, à violência. Em um país como o Brasil, com taxas de criminalidade tão altas, casos relacionados aos citados podem ser tratados com negligência, como se houvesse uma competição de qual situação merece mais ou menos importância. Mas numa sociedade como a nossa, em tempos como os que vivemos, não pode haver espaço para este tipo de pensamento. Como bem diz Chauí (2007, s/p)⁵, no Brasil, criamos uma imagem unificada da violência que indica a divisão entre dois grupos: de um lado, estão os grupos portadores de violência, e de outro, os grupos impotentes para combatê-la, em que:

O primeiro mecanismo é o da exclusão: afirma-se que a nação brasileira é não violenta e que, se houver violên-

4 De acordo com dados até 2015 do projeto "A Segurança Pública no Brasil em 2023: uma Visão Prospectiva" (FERREIRA, 2015), nos últimos 35 anos, aconteceram mais de 1,5 milhão de assassinatos no Brasil.

5 Disponível em: [Contra a violência - Fundação Perseu Abramo \(fpabramo.org.br\)](https://www.fpabramo.org.br). Acesso em: 15 jul. 2023.

cia, esta é praticada por gente que não faz parte da nação (mesmo que tenha nascido e viva no Brasil). O mecanismo da exclusão produz a diferença entre um nós-brasileiros-não-violentos e um eles-não-brasileiros-violentos. “Eles” não fazem parte do “nós”. O segundo é o da distinção: distingue-se o essencial e o acidental, isto é, por essência, os brasileiros não são violentos e, portanto, a violência é acidental, um acontecimento efêmero, passageiro, uma “epidemia” ou um “surto” localizado na superfície de um tempo e de um espaço definidos, superável e que deixa intacta nossa essência não-violenta (Chauí, 2007, s/p – grifos da autora).

A filósofa aponta também um aspecto jurídico, em que a violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, o crime definido como ataque à propriedade privada (furto, roubo e latrocínio). Posto este mecanismo, permite, por um lado, determinar quem são os agentes violentos (geralmente, os pobres e, entre estes, os negros) e legitimar a ação da polícia contra a população pobre, os negros, as crianças de rua e os favelados. Por último, afirma Chauí (2007), há inversão do real, proveniente da produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não violentos.

O mais grave, no Brasil, afirma Chauí (2007, s/p), a violência não é percebida onde ela mesma se origina e se define, isto é, “como toda prática e toda ideia que reduz um sujeito à condição de coisa, que viola interior e exteriormente o ser de alguém, que

perpetua relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural”.

Voltemos aos relatos citados anteriormente. Até que ponto os relatos, divulgados ao extremo, influenciam a percepção das pessoas? Até que ponto realmente vivemos em uma cidade do medo? Observamos ao caminhar na cidade que as pessoas cada vez mais se fecham em bolhas e recebem informações controladas por algoritmos para promover o que mais engaja e mais interessa ou pode interessar a cada um. A temática da segurança pública é um tema relevante que pode ser aproveitado por diversos setores, como a indústria da segurança, a mídia e principalmente, a política. O primeiro se beneficia das ações dos outros dois, é assim que a indústria da segurança cresce e registra altos lucros. Para entender melhor o papel que os demais setores exercem, é importante lembrarmos que a relação deles é tão próxima que não é incomum encontrar veículos de mídia sob a propriedade de políticos, atendendo a interesses particulares específicos.

A mídia ganha com a audiência, logo, concluímos que os assuntos que mais geram interesse e engajam mais a população terão mais destaque. Ao assistir a um telejornal local, por exemplo, quanto tempo desta programação é dedicado a tratar da temática da segurança pública e violência? Não é difícil sintonizar um canal e deparar com sequências de 3 ou 4 matérias falando sobre operações policiais, um crime que foi registrado e compartilhado pela internet ou mesmo as violências simbólicas. Qual é o tratamento dispensado a essa temática? Muitas vezes ela é tratada de forma sensacionalista, sem o mínimo de respeito, feita apenas para chocar e ser comentada. Há ca-

nais de televisão montados com este perfil e sem intenção de mudança. Mas não é um problema apenas da televisão, o veículo foi citado apenas como exemplo pelas análises que vêm sendo realizadas pelos pesquisadores, desde de 2012 até a atualidade, da programação das emissoras paraenses. Jornais impressos e rádios também passam pelo mesmo problema. Este fica cada vez mais escancarado quando se sabe que o grupo ou veículo de mídia pertence a um político de situação ou oposição. Se do primeiro grupo, a cidade passa o mandato sem vivenciar problemas, quase um paraíso. Do segundo, todos os problemas são transformados em informação para a população, o que deveria ser o padrão, mas não é.

Por outro lado, determinados espaços da cidade ganham a alcunhas negativas, conforme aponta Costa (2022), com a estigmatização dos bairros periféricos da Região Metropolitana de Belém, que são denominados de “territórios da violência” ou “territórios do medo” com o uso de uma linguagem que reforça o rótulo do medo aos bairros da periferia, assim como a imposição de distanciamento das pessoas dessas localidades.

Chegamos ao campo da política. É o responsável por intermediar as relações humanas e entender os rumos que a sociedade tem interesse em tomar. Mas e quando um político foca apenas na parte técnica de suas funções e negligencia todos os aparatos que compõem o bem-estar social? Nesse caso, inicia-se um ciclo vicioso, em que os problemas que este prometeu resolver precisam ser mantidos para que na próxima eleição ele possa se aproveitar deles mais uma vez. No caso da violência e segurança pública são visíveis o padrão de ação ou

a falta dela. Essa percepção de abandono político é mais uma questão que contribui para a construção do medo da cidade por transformá-la na cidade do medo.

Uma análise interessante acerca dos fatores que influenciam nessa percepção foi feita por Alves (2017) em seu texto “Cidade contemporânea”. Um dos teóricos que tiveram seu foco durante a construção do texto foi Marc Augé e sua conceituação de não lugar. Trata-se de um espaço que não produz sentidos, nem significados. Como é possível que se formem dentro do cotidiano urbano? Voltamos aos dois setores discutidos anteriormente neste texto. Segundo o autor, mídia e política são causas extremamente relevantes neste fenômeno.

O mundo globalizado e tecnológico em que vivemos enclausura os indivíduos e os isola de experiências com outros. Quando pensamos na necessidade de comprar mantimentos, vem à mente a existência de aplicativos de comida. Quem antes precisava sair de casa e utilizar os dispositivos urbanos para chegar a uma feira ou a um supermercado, interagindo com as pessoas que faziam uso dos mesmos dispositivos, desenvolvendo habilidades sociais, identificando pontos da cidade que lhe agradavam e que de outra forma não teria como o fazer, agora pode pegar o celular, abrir um aplicativo e pedir tudo o que precisa sem ter que sair de casa. O mesmo acontece no âmbito dos relacionamentos amorosos, da saúde, do entretenimento e assim por diante. Agora você pode conhecer uma pessoa e iniciar e até manter um relacionamento de forma virtual, a telemedicina permite que um médico do outro lado de uma tela te diagnostique e trate sua mazela sem sequer encostar em você para fazer uma análise e

aplicativos de vídeos entregam a você, no conforto da sua casa, o show que está acontecendo até a poucos metros de distância da sua casa.

Quantas interações urbanas não foram retidas nesses processos que atualmente só precisam de um app no celular? Conhecer a sua cidade por uma tela jamais será a mesma coisa que viver o espaço. Você busca por imagens de um parque, de um prédio histórico, de um museu e os analisa por alguns instantes. Mas o que isso lhe ensinou sobre a identidade da sua cidade, do povo que já viveu nela, sobre as pessoas que juntamente com você usufruem desse espaço no presente? Assistir, ouvir ou ler aos jornais locais e pensar que tem conhecimento sobre o espaço em que vive, pois está sempre bem informado, demonstra desconhecimento da cidade e do funcionamento destes meios técnicos criados para difusão de informações. Primeiro, nem tudo que a vida na cidade oferece gera interesse midiático o suficiente para estar nas chamadas e manchetes no lugar de outro assunto que choca mais ou que gera mais engajamento. Ainda assim, tais manifestações populares e histórias cotidianas compõem a identidade do povo desta cidade. Segundo, esse fenômeno específico acaba não ocupando espaço na mídia justamente por não estar inserido na lógica capitalista do consumo. Será que gera receita para ser convertida em gastos publicitários nos meios de comunicação? Se não for o caso, é necessário que pelo menos agregue à reputação do veículo se o público deste for o mesmo daquele.

Nessas condições, é possível que você construa toda sua percepção de realidade baseada na opinião dos editores de um meio de comunicação que já é pautado pelo

interesse financeiro dos seus anunciantes. Quantas vezes um morador do Rio de Janeiro já precisou explicar que apenas determinada área da cidade e não toda ela corresponde à área mostrada nos telejornais como foco de violência urbana? Quantas vezes um morador de São Paulo teve de demonstrar que o problema de saúde pública ligado às drogas sequer é presenciado em determinados bairros da cidade? E um morador de Belém que sai de casa todos os dias com medo da crescente violência que ouviu falar de forma alarmante no jornal, quando nas imediações da sua moradia não ocorre um crime há tempos? São reflexões pertinentes sobre a generalização que acabam tornando universais acontecimentos bastante particulares, e esvaziam toda a noção de sentido que o espaço em que aquele indivíduo vive tem para si.

Mas o que dizer sobre o setor da política e a contribuição deste para o fenômeno que está sendo discutido? O avanço da ideologia liberal de gestão e otimização de recursos no campo da política criou representações estatais esvaziadas de suas funções. Ou então, segundo Chauí (2007), naturalização das desigualdades econômicas e sociais, do mesmo modo naturalização das diferenças étnicas (consideradas desigualdades raciais entre superiores e inferiores), religiosas e de gênero, bem como naturalização de todas formas visíveis e invisíveis de violência.

Nas representações políticas, as cidades se tornaram ambientes de competição, como aponta Alves (2013), sob um modelo quase empresarial, em uma concepção interna e externa. Externa no sentido da disputa com outras cidades pelos dispositivos e infraestrutura urbanos mais atrativos ao capital financeiro e investidor. O processo

de estetização do espaço urbano coletivo e de construção de um planejamento funcional precisa construir a noção de mercado globalizado e conectado ao resto do mundo, mesmo que a realidade seja local em sua vivência cotidiana. Este fenômeno totalizante gera um apagamento de identidade local e a consequente não conexão cultural e simbólica do indivíduo. Infelizmente é um processo que não pode ser evitado enquanto a lógica da estrutura social for ditada pelo capital, visto que a atuação das instituições estatais depende diretamente da arrecadação de impostos e circulação de riqueza dentro do território. Trata-se de um círculo vicioso, onde um vai alimentar o outro sempre e os efeitos tendem a se aprofundar cada vez mais à medida que novas configurações forem implementadas pelo capitalismo.

É interessante observar, portanto, como a área política se torna refém dos interesses econômicos vigentes no espaço urbano, voltando assim à discussão no início destas reflexões de como a indústria da segurança e suas vias de consumo conduzem o debate sobre o medo da cidade.

Toda a lógica de planejamento e organização das cidades gira em torno disso. É assim que surgem os condomínios e shopping centers, espaços privados de moradia, convívio e consumo alternativos dentro do território. Dispositivos públicos como parques, praças e prédios históricos são entregues à administração da iniciativa privada. Tudo isso em nome da noção de normalidade e segurança que precisam ser reforçadas para a população, ao mesmo tempo em que a percepção de violência é alimentada para servir como instrumento de controle a partir do medo.

Qual a sua reação ao decidir ir ao parque ambiental da sua cidade, que é distante

da sua casa, e por não estar disposto a utilizar um transporte público de má qualidade decide usar seu carro, mas ao chegar ao parque descobre que por se tratar de uma administração feita pela iniciativa privada, você deverá pagar pelo estacionamento em um espaço teoricamente público e de acesso coletivo? Qual a sua reação ao celebrar seu casamento e, saindo do espaço da cerimônia em direção a prédios históricos da sua cidade para uma sessão de fotos você descobrir que não pode tirar fotos, no interior destes pois precisava preencher antes alguns documentos para agendamento e que precisaria, inclusive, pagar uma taxa para utilização deste espaço público? Esses procedimentos demonstram uma clara deturpação nas instituições a partir de sua privatização.

Retomando a explicação sobre o ambiente de competição interna nas cidades, é preciso tratar da lógica estrutural que impera na sociedade pós-moderna a partir do capitalismo. A lógica do consumo distorce a noção de sociedade no convívio cotidiano, pois individualiza fenômenos sociais e seus significados ao mesmo tempo que generaliza experiências. Os dispositivos sociais quase se tornam recompensas ao seu nível de empenho em manter as engrenagens do sistema capitalista funcionando. Se você se esforça o suficiente para fazer parte de um espaço bem equipado infraestruturalmente, você ganha o direito de usufruir todos os benefícios que, na verdade, deveriam estar disponíveis a todos os habitantes daquele território. Ou seja, determinados moradores vão se beneficiar de todo o aparato de segurança em algumas áreas do bairro, e outros não terão os mesmos aparatos, inclusive de segurança, por isso, deverão ser evitados e afastados.

Belém capital do estado do Pará, locus de realização das pesquisas, pode ser exemplo de território em subdesenvolvimento, em que a administração pública ainda assim insiste no modelo de configuração social de segregação de espaços e dispositivos. Quando estes funcionam, estão destinados a uma pequena parcela da população, basta analisar os projetos de revitalização pretendidos para a cidade para perceber onde estão localizados e para quais segmentos sociais foram reservados.

No início desta análise, mencionamos uma citação de Merleau-Ponty sobre o modelo social que seguimos hoje e a conclusão de que as mazelas sociais nascem do tecido que fiamos entre nós e que nos sufoca. Não poderia ser diferente o resultado para uma sociedade organizada sobre o apagamento dos processos identitários e criadores de símbolos e significados de seus cidadãos, enquanto generaliza vivências em nome de uma adequação à norma globalizada de organização social voltada para o mercado.

Breves reflexões

Este artigo-ensaio não é o fim, mas apontamentos iniciais de uma discussão

Referências bibliográficas

ALVES, M. R. Cidade contemporânea: questões conceituais da conformação de sua espacialidade. *Revista Tópos*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 29-57, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2196>. Acesso em: 10 out. 007.

BRUZZONE, Andrés. *Filosofia da comunicação*: estudos para uma hermenêutica da comunicação. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017. 257 f.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021.

interpretativa sobre a Hermenêutica do Medo, considerando que esse medo está configurado entre construído/vivido/experimentado, e necessita de uma compreensão enquanto signo da relação (Medina, 2006), de uma interação humana cada vez mais complexa e pluralista, em que as pessoas cada vez mais experienciam os espaços privados dos prédios/casas e outros, pois os dispositivos tecnológicos oportunizam ‘as vias públicas de acesso ao mundo’, em detrimento das experiências com os espaços públicos, guardados os devidos espaços protegidos, uma vez que eles passam a emergir como os locais do perigo, da espreita e de encontro com o estranho. O medo emerge tanto quanto sentimento e sentido nas ações humanas. Com a hermenêutica buscamos à compreensão desse medo, seja enquanto termo ou sentimento potencialmente significativo presente em diversas áreas do conhecimento, relacionadas com a interpretação, e principalmente, na interpretação das pessoas na vida cotidiana. Em Ricoeur (2013), compreender deixa de aparecer como um simples modo de conhecer para tornar-se uma maneira de ser e relacionar-se com os seres o com o ser. Nossa intenção é investigar o medo enquanto signo que personificam interpretações.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. Organizadoras Ericka Marie Itokazu, Luciana Chauí-Berlinck. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

COSTA, Alda Cristina Silva da. Contribuições de Paul Ricoeur à comunicação: breves reflexões hermenêuticas. In: COSTA, Alda Cristina; NUNES, Paulo; COSTA, Vânia Maria Torres (orgs.). **Narra'Amazônia**: modos de ser e estar no mundo. Belém: Folheando, 2022.

COSTA, Alda Cristina. O medo é a mensagem. In: Costa, Alda Cristina Silva da. **O Medo é a Mensagem** [livro eletrônico]: narrativas midiáticas na Amazônia Paraense / Alda Cristina Silva da Costa; Amorim, Célia Regina Trindade Chagas; Oliveira, Ivana Claudia Guimarães de (orgs.). Belém: Ed. C2N, 2020.

COSTA, Alda Cristina Silva da. **Mídia e Violência**: sentidos e significados na Amazônia. Versão 3 (projeto de pesquisa). 2021. Disponível: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/pesquisa/projeto-Pesquisa/criarProjetoPesquisa.do?dispatch=listByMembro>. Acesso em: 20 set. 2023.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana; MARCIAL, Elaine Coutinho. **Violência e segurança pública em 2023**: cenários exploratórios e planejamento prospectivo. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

FERREIRA, Flávia Mendes. **O medo no horizonte teórico da ciência política**: algumas reflexões sobre os tempos modernos e contemporâneos. (Dissertação de mestrado – capítulo “Medo na contemporaneidade”).

JOVCHELOVITCH, Sandra **Sociabilidades subterrâneas**: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO, 2013.

KABUENGE, Nathan Nguangu. **O imaginário sobre a cidade**: entre experiências e socialidades nas narrativas de mídia e dos indivíduos em Belém do Pará. 2019. 251 f

MARTINS, Herbert Toledo; PALMA, Janaina da Silva. **O medo e suas vias de consumo**. 2012.

MATHEUS, Letícia Cantarella. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MENDONÇA, Kátia Marly Leite. **Valores para paz**. v. 1. Belém: UFPA / EditAEDI, 2013.

RIKOEUR, Paul. **O Conflito das Interpretações, ensaios de hermenêutica**. Ensaios de hermenêutica I (1969). Lisboa: Rés Editora, 1988.

_____. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso da significação. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **Hermenêutica e ideologias**. Tradução Hilton Japiassu. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, Francisco Vieira da. **Na iminência da catástrofe**: o governo pelo medo nos discursos da mídia. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 2015.

SOBRINHO, Sergio Francisco Graziano; SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni da. Meio ambiente urbano, medo e exclusão social: a continuidade entre os processos de gentrificação e a gestão da violência no Brasil. **Direito & Paz**. Lorena, Ano IX, n. 37, p. 154-178, 2º Semestre, 2017.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Sociabilidade, cultura e violência no espaço urbano**. Leituras e reflexões. Rua, Campinas, Número Especial: 21-42, 1999.

 Data do recebimento: 30/10/2023

Data do aceite: 15/02/2024

Dados dos autores:

Alda Cristina Silva da Costa

Doutora em Ciências Sociais; Mestre em Sociologia; Especialista em Metodologia e Teorias da Comunicação; Graduada em Comunicação Social. Jornalismo pela Universidade Federal do Pará. Pós-Doutora em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia; Docente do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA) e da Faculdade de Comunicação (UFPA).

Antônio Pedro Pimentel

Estudante da Universidade Federal do Pará.